

## ***Travestilidade carcerária: violência e cerceamento da identidade travesti em situação de aprisionamento***<sup>1</sup>

Johnatan Ferreira Marques do Vale (UFPB)  
[johnatandovale@gmail.com](mailto:johnatandovale@gmail.com)

Bárbara Cristina de Oliveira Marques do Vale (UFPB)  
[barbaradovale00@outlook.com](mailto:barbaradovale00@outlook.com)

Prof. Dr. Eduardo Sérgio Soares Sousa (UFPB)  
[esergiosousa@uol.com.br](mailto:esergiosousa@uol.com.br)

O trabalho etnográfico procura narrar as trajetórias de travestis em instituição carcerária de João Pessoa – PB. Procuraremos relevar dois momentos que marcam tais trajetórias: no primeiro momento, citaremos as violências e abusos sofridos pelas travestis antes da criação da resolução que institucionaliza um espaço LGBT específico para acolher tais pessoas. Sendo assim, mostraremos como a instituição, a direção e os agentes penitenciários eram algozes nesse processo, pois desfiguravam a identidade travesti, visando normatizar os corpos e os símbolos que marcam as identidades dos sujeitos. No segundo momento, evidenciaremos como as violências praticadas sofreram mutações, caminhando para uma violência mais simbólica do que prática, seja no impedimento de entrada de cosméticos, adornos, roupas femininas, seja no tratamento das travestis com o nome de registro, ou ainda nas proibições de banho de sol, políticas de exclusão de dias de visitas e discriminação institucional. Para tanto, utilizaremos o conceito de performance, tal como expresso em Marcos Benedetti na obra *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*, significando que a manutenção dessa identidade “inversa”, “fluida” e “subversiva”, necessita de alguns signos e símbolos necessários à sua sustentação. Percebe-se que no contexto prisional, tais signos e símbolos serão desfigurados/desrespeitados, como no primeiro momento de violência que abordaremos, ou serão dificultados, impedidos de adentrar no contexto carcerário, como no segundo momento, o que impedirá, de modo violento e ao mesmo tempo sutil a preservação da identidade travesti.

**Palavras-chave: Travestilidade, Prisões, Identidades.**

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

## INTRODUÇÃO

Nos meses de julho e setembro de 2015, realizamos trabalho comunitário na Ala LGBT de um presídio de João Pessoa – PB<sup>2</sup>. Inicialmente, as travestis afirmavam que viviam em um ambiente respeitoso e acolhedor e negavam veementemente que sofressem qualquer tipo de violência, seja por parte dos outros presos, ou por parte dos agentes carcerários. Percebemos que se desenrolavam, de fato, relações amigáveis das travestis com alguns agentes penitenciários e com os chamados “presos de confiança” que eram responsáveis pela cozinha do presídio. Porém, após algumas visitas, algumas travestis começaram a denunciar violências, antigas e recentes, às quais eram submetidas cotidianamente. Deparamo-nos com relatos desencontrados, em que se misturavam violências típicas de uma prisão que não portava ainda a Ala LGBT a narrativas de violências mais sutis e simbólicas, presentes após a criação da ala supracitada. Decidimos sistematizar as falas coletadas e caracterizar dois tipos de violência praticados, correspondendo a dois momentos diferenciados da história recente da instituição carcerária.

As violências praticadas antes da criação da Ala LGBT eram mais visíveis e manifestas. Tinham também um sentido mais prático, incidindo diretamente sobre os corpos das travestis. As travestis chegavam à prisão e sofriam tratamentos degradantes por vários sujeitos, dentre os quais o diretor do presídio, os agentes penitenciários e presos de 7 pavilhões. As humilhações, as estigmatizações e os estupros eram fenômenos frequentes.

Após a promulgação da Resolução nº1 de 15 de abril de 2015, assinada pelo CNCD e CNPCP<sup>3</sup>, foi criado um espaço específico para a população LGBT no presídio em questão. Agora, as violências foram modificadas, tornando-se mais simbólicas e sutis. As travestis têm dificuldade de acesso a itens básicos, como a obtenção de cosméticos, maquiagens e outros acessórios que as associem ao feminino, ou possam ajudá-las na preservação de sua identidade. No momento de entrada das visitas, que é a porta de acesso para tais itens, eles são “barrados”. Trata-se de uma forma de violência simbólica aplicada às travestis, pois a manutenção de sua identidade, que outrora era *desfigurada*, agora é

---

<sup>2</sup> Para resguardar a identidade dos interlocutores da pesquisa, decidimos ocultar o nome da instituição prisional, como também dos atores sociais implicados no contexto da violência carcerária.

<sup>3</sup> Respectivamente, Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

impedida de *manifestar-se, assegurar-se, manter-se*. Segundo Marcos Benedetti (2011, p. 51), o “corpo travesti” é construído, *montado*, em meio a percalços e vulnerabilidades, pois as travestis investem “conhecimento, tempo e dinheiro para que possam ostentar, sentir e exibir um corpo diferente, um novo corpo”. Parafraseando Marcel Mauss (2003), as travestis lançam mão de uma série de *técnicas corporais* para modelar os corpos, visando anular aspectos masculinos e realçar aspectos femininos. A hormonização, os silicones industriais aplicados, a retirada dos pelos são procedimentos corporais realizados com dificuldade, porém com cautela, continuidade e esmero.

O fato de estarem encarceradas provoca um revés na manutenção dessa identidade fluida, subversiva e em constante construção: a instituição carcerária desfigura/desmonta a identidade travesti, ou dificulta a sua conservação, evidenciando o exercício de violências física e simbólica e normatização dos corpos das travestis, efetivando o desrespeito a direitos básicos fundamentais reservados à população LGBT. Desse modo, perfilaremos dois tipos de violência, um físico e outro simbólico e suas formas de manifestação.

## **METODOLOGIA**

Visitávamos o presídio às terças, às quintas e aos sábados. O procedimento era o mesmo. Estacionávamos numa área do presídio, onde haviam sempre seis, sete, oito carros estacionados. Muitos veículos pertencem aos defensores públicos que vão à penitenciária tratar com os apenados sobre as próximas audiências. Descíamos do carro, sob olhares de um guarda que fica em uma das torres de controle do presídio, nos dirigíamos ao portão principal. Sentimentos entrecortados nos abatiam. Tínhamos medo de adentrar aquele espaço, rondava-nos o receio de que acontecesse alguma coisa conosco em uma ambiente tão degradado, desconhecido, insólito. Uma porta grande de ferro de cor azul, com uma janelinha pequena, permitia que visualizássemos a recepção. Um agente penitenciário que trabalhava no turno da tarde nos recebia<sup>4</sup>. Algumas vezes, encontrei o agente Ferreira. Como de praxe, ele perguntava o motivo da nossa visita, dizíamos que estávamos fazendo o trabalho comunitário na Ala LGBT, ele permitia nossa entrada. Algumas vezes fomos submetidos à revista, um agente passava o detector de

---

<sup>4</sup> Vimos em um papel, pregado em um painel, a escala dos agentes. A penitenciária tem quatro turnos, cada qual portando de quinze a dezessete agentes. Percebemos a sobrecarga de trabalho dos agentes quando descobrimos que a prisão tem cerca de 1.100 apenados à espera de julgamento.

metais para que entrássemos, mas como éramos apresentados como “professores”, os agentes nos respeitavam e nos liberavam das revistas muitas vezes. A entrada com o celular era vedada. Respeitamos tal regra institucional. Outro agente nos conduzia da recepção ao ponto de passagem, a entrada para o presídio. Caminhávamos por cerca de quinze metros: uma grade com barras de ferro bem grossas, ferrolhos imensos, cadeado enorme. Tínhamos alguns pavilhões à nossa frente, os apenados amontoados no primeiro pavilhão nos observava atentamente. Alguns presos de confiança passeavam livremente no espaço interno, realizavam reparos nas paredes dos pavilhões, transitavam para a cozinha, separavam o lixo produzido no dia. Percorriamos do ponto de entrada para os pavilhões cerca de trinta metros até chegarmos à Ala LGBT. A ala fica localizada no final desse corredor de pavilhões, em frente à cozinha da penitenciária. Às vezes um agente nos conduzia à Ala, geralmente era o carcereiro Eduardo. Chegando à cela LGBT, o agente abria a grade para que entrássemos. Ficávamos com os homossexuais e travestis da Ala das 14h às 18h. À época das visitas, na Ala viviam cerca de 12 pessoas, dentre os quais cinco travestis, seis homossexuais e um apenado que sofria ameaça de morte por parte de presos de outros pavilhões<sup>5</sup>.

As pessoas da Ala LGBT eram bem receptivas, cantavam, dançavam, encenavam performances na nossa presença. Diziam que agiam daquela forma para “encarar o dia a dia”. Contavam também sobre as agruras do confinamento, das suas angústias, das dificuldades da vida e do abuso de drogas, do abandono e da miséria na qual estiveram inseridas, das violações e crimes aos quais estavam enredadas/acusadas. Ao lembrarmos da literatura especializada, perguntávamos sobre os percalços da manutenção da identidade das travestis na prisão: quais as peculiaridades da travestilidade carcerária? Que dificuldades se deparam as travestis em situação de confinamento? Tais pessoas sofrem violências nas prisões? Que tipos e formas de manifestação?

Como afirmamos anteriormente, as travestis falaram inicialmente que viviam em um ambiente acolhedor e fraterno e evitavam falar sobre qualquer coisa que englobasse a categoria “violência” ou “abuso”. Qualquer indagação que remetesse para a questão da violência carcerária e institucional era interdita, era um tema “tabu” entre as pessoas da Ala. No entanto, após termos estabelecida a confiança, as travestis relatavam diversas

---

<sup>5</sup> O apenado que sofria ameaça de morte tinha participado do assassinato e “desova” de uma criança em uma cidade no interior da Paraíba. Ao terem a notícia de que chegaria no presídio um “assassino de crianças indefesas”, os apenados afirmaram que puniriam Caio assim que entrasse no pavilhão. Por medida de segurança, o diretor do presídio o colocou na Ala LGBT, algo bem emblemático.

violências, misturadas e entrecortadas. Os relatos também eram acompanhados de um “por favor, não deixe que o pessoal daqui saiba o que estamos dizendo sobre eles!”. Nesse caso, elas falavam dos agentes da instituição, algozes no processo de desconstrução da identidade travesti. Decidimos coletar as informações e construir tipos ideais, ao estilo weberiano, para falar sobre duas formas diferenciadas, porém interligadas, da violência carcerária sobre as travestis.

Decidimos adentrar na prisão com um mp3 para gravar as entrevistas. Sabíamos que o Diretor analisaria tal procedimento como “ameaçador”. Fizemos as entrevistas na surdina. Um de nós colocou no bolso o mp3, que por ser pequeno, não chamou a atenção dos agentes. Entramos no presídio por duas vezes com o gravador. Pedimos para gravar as entrevistas, ao que elas permitiram. Apenas clamaram por anonimato por medo de “represália” por parte do diretor e agentes penitenciários, pois tratariam de “denúncias sérias”. Não queriam ser penalizadas por isso, quiçá perder a vida.

Realizamos cinco entrevistas com as travestis da Ala em questão. As entrevistas eram abertas, tendo como direcionamento as histórias de vida e relatos de violência institucional. As entrevistas mais curtas tiveram de trinta a quarenta e cinco minutos, as demais ultrapassaram sessenta minutos.

| Travestis entrevistadas | Data de realização da entrevista |
|-------------------------|----------------------------------|
| Kelly                   | 23.07.2015                       |
| Jenifer                 | 23.07.2015                       |
| Rafaela                 | 23.07.2015                       |
| Cristina                | 04.08.2015                       |
| Joseane                 | 04.08.2015                       |

As gravações foram feitas nas *caxangas*, espécies de quartos improvisados com lençóis, espaços individualizados e estilizados pelas travestis<sup>6</sup>. Recolhemos os áudios e os transcrevemos, resultando em cerca de oitenta páginas de material transcrito, fora o caderno de campo contendo os relatos da experiência de campo. Partindo disso, submetemos o material à análise e recortamos dois tipos ideais de violência institucional/carcerária, o que será abordado adiante.

---

<sup>6</sup> As *caxangas* tinham cerca de 2 metros de largura e 3 de comprimento e tinham um “batente”, o que permitia a colocação de um colchão. Dois ou três apenados mais novos não tinham direito as *caxangas*, dormiam em colchões no chão, o que evidencia o desprestígio de ser um “novato” na cela.

## AS TRAVESTIS E OS RELATOS DE VIOLÊNCIA

Kelly, 33 anos, natural de Pilar-PB, foi presa na época em que a instituição carcerária ainda não contava com a Ala LGBT. Conta que começou a traficar na sua cidade natal por influência do seu namorado. Foi presa pela primeira vez quando tinha 19 anos de idade. Kelly já havia iniciado a hormonioterapia, portando muitos traços femininos quando foi presa. Já se identificava como travesti, tinha cabelos longos, andava maquiada, usava roupas concebidas como femininas. Quando foi presa, a polícia cortou o seu cabelo “com a faca” na delegacia, a ridicularizou, a humilhou. Kelly acredita que tais agressões correspondem a uma estigmatização dupla: pelo fato de ser uma criminosa e por ser travesti. Ela afirma que sofre um preconceito duplo. Percebe-se que as instituições de controle lidam de modo preconceituoso a hostil com as travestis, a começar pelo tratamento que é dado no momento da detenção e ulterior encaminhamento para o presídio. Diante de tal trama inicial de violências praticadas, o destino de Kelly não será diverso ao adentrar no contexto carcerário.

Foi transferida dias depois para um presídio da capital paraibana. Ao chegar na prisão foi humilhada pelo diretor e demais agentes carcerários. Ouviu xingamentos diversos e assertivas de que ela “deveria agir como homem” naquele local, não como um “traveco”. Em seguida, terminaram de raspar com uma gilete o seu cabelo, diante dos presos do primeiro pavilhão, que faziam algazarra com sua entrada. Mandaram-na tirar as roupas, expondo seus seios e formas femininas, que passaram a ser elementos tanto de ridicularização/abjeção, como de desejo.

Posteriormente, passou um tempo no chamado pavilhão do “reconhecimento”, também conhecido como “gaiola”, sem roupas e em meio a presos comuns que a “cobiçavam”. Tais elementos corporais femininos de Kelly, ao serem expostos, serviram para situá-la em posição vulnerável dentro do presídio. Ao passar pelo pavilhão do reconhecimento, a travesti foi colocada com os presos comuns. “Parecer” mulher e estar associada ao feminino fizeram emergir dispositivos de controle e de submissão masculinos sobre a travestilidade/feminilidade quando foi encaminhada para um ala comum, colocada em meio a dezenas e dezenas de detentos.

A partir daí, os presos a obrigavam a lavar as roupas dos detentos de todo o pavilhão e Kelly era abusada sexualmente diariamente. Os estupros coletivos aconteciam com frequência e a travesti afirmou que era “obrigada a sofrer calada”. Certo dia, Kelly denunciou as violências que sofrera e que ainda persistia a um grupo de Direitos Humanos

que fiscalizava o presídio. Logo depois, a resolução que institucionalizou um espaço específico para LGBT's fora promulgada, o que resultou na mutação das violências praticadas.

Rafaela, 27 anos, foi presa, acusada de latrocínio e colocada com os presos comuns há cerca de três anos. Ela relatou:

Quando eu cheguei aqui não tinha essa ala não, eu fui lá pra baixo, mas também eu não morei muito tempo no meio do machos não, sabe? Eu só passei oito dias (...) Eu cheguei no carro da civil, eu porque eu fui presa pela P2 no Bessa, tá entendendo? Da central eu vim no carro da civil, eu e mais três, aí eu quando eu cheguei aqui fiquei nua na frente de um bando de macho ali, pra cortar o cabelo, aí passei pro lado do reconhecimento, aí fiquei morando lá, mas também nem passava pela minha cabeça que existia isso aqui. Lá era cheio, viu? Tinha quarenta e sete homens dentro do reconhecimento.

Rafaela disse que entre os homens não havia problema, era só “andar na linha”. Só “cabueta” e “estuprador” que “passavam mal” na cela, esses não tinham “direito nem de respirar o ar”. Ela contou que a “grande tribulação” não vem dos apenados, mas dos agentes:

Eles são agressivos porque sabem que minha acusação é latrocínio, me empurraram, cortaram meu cabelo com violência, coisa que isso não existe, entendeu? Diziam que gostavam de matar gente do meu tipo, mas depois que me jogaram dentro de uma cela não teve nada disso não, nenhum me tratou diferente não. Agora eles têm as regras deles, as bichas quando estão tirando cadeia no meio dos homens têm que andar na linha, não é? Tem um monte de regra, você não pode fazer certas coisas porque eles vão criar vontade, aqui você pode brincar, pode pular, pode ficar à vontade pra ser barbear, pode ficar à vontade pra se maquiarem, no meio deles não existe isso! Você tem que ter sua opção, você tem que procurar a sua moral, então você procura seu lugar, entendeu? Mas também nenhum lhe ofende, não diz nada com você.

Nesse caso, faz-se necessário que as travestis anulem aspectos de sua identidade para auferir respeito, “pra não atiçar o desejo dos homens”. Depois Rafaela afirmou que talvez não tenha passado por “tanta tribulação” porque morou pouco tempo lá: “Talvez essa daí, a Kelly, tenha passado mais tribulação porque ela morou mesmo no meio dos machos, ao contrário de mim que só passei oito dias”.

Joseane, 25 anos, foi presa por assaltar uma mulher em um ônibus no bairro de Mangabeira. Em uma batida policial, Joseane foi presa pela polícia. Segundo ela, a vítima

e o cobrador a denunciaram, contaram suas características à polícia, a roupa, o cabelo loiro, e os policiais a identificaram em uma batida policial no bairro de Mandacaru:

Não tive nem como tirar de tempo, não tinha roupa pra trocar, aí sacaram. Aí cheguei na delegacia era uma quatro e meia da tarde, ia dar cinco horas, fui levada pra delegacia ali em Manáira, de lado do shopping, aí fiquei até meia noite, uma hora lá, aí me levaram pra central e de manhã logo cedo eu vim pra cá. Quando eu cheguei aqui alguns já me conheciam, porque eu já tinha tirado a cadeia por tráfico, então alguns já me conheciam (...) eu não tinha dito que era travesti, eu queria ficar lá em baixo com os outros presos, só que eles já tinham cortado meu cabelo, quando eu tirei a roupa viram a tatuagem no meu bumbum, aí quando viram a tatuagem descobriram o que eu era e me jogaram pra cá (...).

Joseane também esteve presa na época em que não existia a Ala LGBT. No seu retorno à instituição carcerária, a sua rede de amigos a deixariam em posição confortável na prisão, tanto que ela afirmou que não queria ficar na ala, “queria descer”, mas foi colocada compulsoriamente na Ala por ser genericamente identificada como “homossexual”.

Percebe-se que no primeiro momento, as travestis eram submetidas a tratamentos degradantes e humilhantes. Nos três casos citados, as travestis tiveram seus cabelos cortados, expostas despidas para presos de outros pavilhões, e em alguns casos, violentadas sexualmente. A regulamentação protetiva da Ala LGBT provocou mudanças, tendo em vista que todas relatam que a Ala foi importantíssima para a proteção do grupo LGBT. Porém, ocorreram mutações na aplicação das violências, tanto que as travestis relatam que a experiência na ala tem portado aspectos negativos e massacrantes em sentido simbólico.

Kelly explanou que a Ala trouxe uma certa proteção, pois não é mais submetida à exploração laboral, tampouco sexual. Não tem mais seus cabelos cortados, não é mais exposta diante de outros presos. Rafaela também citou que a Ala é essencial para o acolhimento dos homossexuais e travestis. O mesmo afirmou Joseane. No entanto, elas reclamam que ainda sofrem, e tal sofrimento agora carrega outras feições.

Kelly disse que os agentes dificultam o acesso de cosméticos e artigos de limpeza (cremes pra cabelo, shampoos, sabonetes, hidratantes), acessórios (brincos, anéis) e vestimentas (saias, sutiãs, shorts curtos, sandálias cor de rosa) que as associem ao feminino. Rafaela falou que não têm mais contato com outros apenados, não podem



flertar, tampouco namorar, o que torna o confinamento estafante. Como estratégia de penalização simbólica, o Diretor mudou os dias de visitas do presos das alas comuns para que as travestis não tivessem mais contato com eles. As visitas do presos comuns acontece em dias diferentes dos dias de visita reservado às travestis. Rafaela ainda se queixou que elas não têm acesso a médicos, muito menos à hormonioterapia. Falou ainda que só está presa porque não tem defensor público ao seu dispor. Acredita que o mesmo ocorre com suas parceiras de cela. Joseane expôs que o isolamento da Ala no final do corredor impede que os defensores se dirijam à ala para conversar e quem sabe resolver suas pendências com a justiça. Joseane também falou que “no meio dos machos o tempo passa mais rápido, porque são outras pessoas, dá pra conversar, brincar, namorar, o que facilita a convivência diária”.

Cristina, 23 anos, foi presa por tentativa de latrocínio. Contou que quando chegou ao presídio já existia a Ala LGBT, logo, não teve os seus cabelos cortados, não foi “maltratada”. Mas ressaltou que passou o dia inteiro na “gaiola”, só foi encaminhada para o pavilhão LGBT à noite. Cristina relatou:

Eu não fui maltratada em momento algum. Só me senti humilhada na hora da revista. Porque tirar a roupa, eles argumentam, é procedimento padrão, isso ainda existe. Dizem que é pra todo mundo isso. Não é porque eu tirei a roupa, mas porque eu tirei a roupa na frente de todo mundo! Tinha várias pessoas, esse pessoal da cozinha sempre... a rotina deles é essa, pronto, no dia de procedimento padrão mesmo de quem vem da rua, eles param pra olhar mesmo, entendeu? E sempre quando chega travesti e homossexual aqui, os presos sempre param e observam, pra ver se conhece, pra ver quem é, pra ver se tem alguma rixa (...). Agora me maltratar, nunca me maltrataram.

Como se vê, submeteram-na a esse “procedimento padrão”, mas tiveram cautela de não cortar seu cabelo, também não a xingaram ou a agrediram fisicamente. O despir-se carrega atualmente um sentido mais simbólico do que prático. Cristina também acha que foi positiva a criação da Ala para homossexuais e travestis, no entanto, argumentou que “ficam isoladas do resto da cadeia”, e a especificação de um dia de visitas para os apenas “normais” e LGBT’s provocou ainda mais o isolamento social no âmbito institucional. Cristina relatou que nos dias de visitas elas socializavam tanto com os outros presos, como também com amigas de longa data, que iam visitar seus maridos, parentes, e acabavam as encontrando na situação de confinamento. Falou ainda que o Diretor

estabeleceu esse isolamento “por ele”, para punir as travestis e homossexuais da ala em questão, pois “ele se acha dono da prisão”. Disse ainda que os agentes muitas vezes as impedem de saírem da cela para o apreciado banho de sol. Ela contou: “Quando dá na telha deles não deixam que a gente tome banho de sol, afirmam que a gente é tudo bandido mesmo, é pra aprender”.

Jeniffer, 19 anos, é natural de Rio Tinto. Contou que presa por furto. Ficou conhecida como “homem aranha”, pois no imaginário popular, ela escalava os prédios e realizava os furtos. Jeniffer afirmou que entrava nos prédios nobres pelo portão principal quando porteiros e/ou moradores se descuidavam. Certo dia, foi vista por câmeras de segurança furtando em um prédio no bairro Altiplano, quando tentava se evadir a polícia já havia sido acionada e estava na frente do edifício. Revelou que foi presa, levada para a Central de polícia e depois encaminhada para o presídio. Jeniffer relatou:

Me trouxeram com mais quatro dentro de uma viatura, no carro da escolta, isso eu assustada, nunca tirei cadeia, eu assustada, eu vou pra onde, senhor? Aí eu não estava na realidade, “eu vou pra onde?”, “você vai pro presídio!”, eu fiquei desesperada, pensei, “meu deus, e agora?”, quando abrem aqueles portões, aí bota um, dois, três, quatro, as mãos pra trás, encostado na parede, isso eu já com medo de descer pros homens (...) eu não sabia da Ala.

Ela prosseguiu contando que ficou aliviada quando soube que tinha uma Ala específica no presídio que a acolheria, visto que “a gente sabe o que passa no meio dos homens assim”. Jeniffer falou positivamente sobre a ala, todavia, reclamou da exclusão do banho de sol vários dias na semana e da chamada diária, que é operada com os nomes de registro das travestis, o que é bem embaraçoso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como vimos, as violências na Ala LGBT sofreram mutações. Partiram de uma violência mais prática, incidindo sobre os corpos das travestis, visando o seu desmonte, para uma violência mais simbólica, sutil, disfarçada, com a criação de empecilhos à manutenção da identidade travesti. Esperamos que os grupos responsáveis pela efetivação dos Direitos Humanos nas Penitenciárias possam acirrar as fiscalizações nos presídios, bem como assegurar que os/as apenados/as LGBT’s não sejam violentados por serem quem são, por afirmarem uma identidade abjeta e rejeitada socialmente.

## REFERÊNCIAS

BENEDETTI, Carlos. *Toda feita: o gênero e o corpo das travestis*. São Paulo: Annablume, 2011.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOLTANSKI, Luc. *As classes sociais e o corpo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1989.

DUQUE, Tiago. *Montagens e desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes*.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2011.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

LE BRETON, David. *Adeus ao corpo*. São Paulo: Papirus, 2003.

\_\_\_\_\_. *Antropologia do corpo e modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LEITE JÚNIOR, Jorge. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. São Paulo: Annablume, 2011.

LOPES, Luiz Paulo da Moita *et al.* *Performances*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.